



Relatório de Gestão 2004



Câmara Municipal de Óbidos

Relatório de Gestão 2004



Câmara Municipal de Óbidos

Relatório de Gestão do Ano 2004

Para cumprimento do determinado no Artigo 9º da Lei nº42/98, de 6 de Agosto (Lei das Finanças Locais) e no nº2 do ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL- Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), elaborou-se o presente Relatório de Gestão referente a 2004.

1. Introdução

O Relatório de Gestão tem por finalidade complementar os Documentos da Prestação de Contas da actividade deste Executivo Camarário no seu terceiro ano - 2004, apresentando-se pela 3ª vez enquadrado no âmbito da nova Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL.

Este projecto caracteriza-se essencialmente por uma nova abordagem à Contabilização e Orçamentação das contas públicas, pretendendo dotar a Câmara de um conjunto de sistema de informação de gestão que suportarão de forma eficaz a tomada de decisão.

Com a análise orçamental, procurar-se-á dar conta da execução do Plano Plurianual de Investimentos elaborado para o exercício em apreciação, bem como da execução orçamental das despesas e das receitas, permitindo assim acompanhar de forma sintética todo o processo de realização das despesas e de arrecadação das receitas.

2. Análise da Execução Orçamental

A actividade desenvolvida ao longo do ano de 2004, correspondeu - relativamente aos objectivos estabelecidos no Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipais – às seguintes taxas de execução:

- Foi atingido um índice de **realização do orçamento de 68,57%**, a que correspondeu um montante de despesa **superior a 15 milhões de euros**, valor nunca atingido pelo Município;
- O **investimento realizado** apresentou um coeficiente de realização de 58,53%, atingindo um valor **superior a 7,6 milhões de euros**;
- A despesa corrente realizada apresentou um coeficiente de realização de 83,21%, atingindo um valor superior a 7,4 milhões de euros.

2.1. Plano Plurianual de Investimentos

Na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, pode verificar-se a situação financeira real de cada projecto à data de 31 de Dezembro de 2004, deixando-se aqui, apenas, os valores referentes aos investimentos programados e executados em cada um dos sectores estruturais, a saber:

Investimentos por Sectores Estruturais

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	DOTAÇÃO INICIAL	FINAL	REALIZAÇÃO VALOR	COEF. %
1.	FUNÇÕES GERAIS	2.669.743,76	2.469.393,48	1.887.953,77	76,45
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.669.743,76	2.469.393,48	1.887.953,77	76,45
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.669.743,76	2.469.393,48	1.887.953,77	76,45
1.1.1.1.	Serviços Gerais	1.805.803,41	1.534.777,82	1.143.595,66	74,51
1.1.1.2.	Modernização Administrativa	303.190,35	401.342,48	349.117,50	86,99
1.1.1.3.	Óbidos - Concelho Digital	63.000,00	85.077,08	53.219,69	62,55
1.1.1.4.	Viaturas Municipais	61.000,00	140.441,65	112.558,60	80,15
1.1.1.5.	Máquinas e Equipamentos Municipais	239.750,00	178.654,45	139.612,31	78,15
1.1.1.6.	Manutenção de Edifícios e Instalações Municipais	90.000,00	95.000,00	68.783,17	72,40
1.1.1.7.	Armazéns	107.000,00	34.100,00	21.066,84	61,78
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	6.295.291,72	6.540.505,96	3.353.665,14	51,28
2.1.	EDUCAÇÃO	946.334,00	618.645,98	442.308,10	71,50
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	946.334,00	618.645,98	442.308,10	71,50
2.1.1.3.	Construção/Conservação nas Escolas	946.334,00	618.645,98	442.308,10	71,50
2.2.	SAÚDE	62.192,41	101.292,41	69.233,68	68,35
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	62.192,41	101.292,41	69.233,68	68,35
2.2.1.1.	Desenvolvimento das Estruturas de Saúde	62.192,41	101.292,41	69.233,68	68,35
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	1.000,00	550,00	159,60	29,02
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	1.000,00	550,00	159,60	29,02
2.3.2.1.	Acção Social	500,00	50,00	0,00	0,00
2.3.2.2.	Rede Social do Concelho de Óbidos	500,00	500,00	159,60	31,92
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	3.251.383,45	3.699.658,28	1.994.493,82	53,91
2.4.1.	HABITAÇÃO	70.000,00	20.050,00	0,00	0,00
2.4.1.1.	Habitação Social	70.000,00	20.050,00	0,00	0,00
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2.070.585,80	2.161.917,40	1.233.129,30	57,04
2.4.2.1.	Requalificação Urbana	465.000,00	165.918,31	16.609,85	10,01
2.4.2.2.	Recuperação de Património	1.505.585,80	1.797.935,92	1.090.323,53	60,64
2.4.2.3.	Planeamento Urbanístico	100.000,00	198.063,17	126.195,92	63,71
2.4.3.	SANEAMENTO	290.000,00	70.918,16	40.618,59	57,28
2.4.3.1.	Sistema Águas Residuais Domésticas	225.000,00	18.500,00	8.207,56	44,37
2.4.3.2.	Sistema Águas Residuais Pluviais	65.000,00	52.418,16	32.411,03	61,83
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	770.797,65	1.385.588,24	662.725,38	47,83
2.4.4.1.	Sistema de Abastecimento de Águas	770.797,65	1.385.588,24	662.725,38	47,83
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	20.000,00	19.500,00	19.385,10	99,41
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	30.000,00	41.684,48	38.635,45	92,69
2.4.6.2.	Cemitérios	4.500,00	6.500,00	5.532,94	85,12
2.4.6.3.	Ambiente e Recursos Naturais	15.000,00	28.184,48	27.684,48	98,23
2.4.6.4.	Espaços Verdes	10.500,00	7.000,00	5.418,03	77,40
A Transportar		6.930.653,62	6.889.540,15	4.394.148,97	63,78

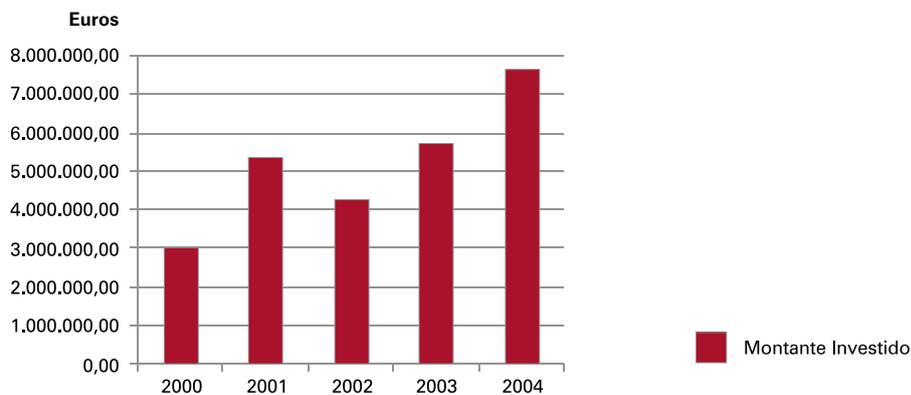
CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	DOTAÇÃO INICIAL	FINAL	REALIZAÇÃO VALOR	COEF. %
	Transporte	6.930.653,62	6.889.540,15	4.394.148,97	63,78
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	2.034.381,86	2.120.359,29	847.469,94	39,97
2.5.1.	CULTURA	799.381,86	680.872,02	222.783,22	32,72
2.5.1.1.	Museus	782.881,86	680.672,02	222.783,22	32,73
2.5.1.1.1.	Museus	754.000,00	665.090,16	211.117,83	31,74
2.5.1.1.2.	Eventos de Natureza Museológica	28.881,86	15.581,86	11.665,39	74,87
2.5.1.2.	Biblioteca	16.500,00	200,00	0,00	0,00
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	1.160.000,00	1.392.939,78	578.139,23	41,50
2.5.2.1.	Criação e Manutenção de Espaços Desportivos	1.160.000,00	1.392.939,78	578.139,23	41,50
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	75.000,00	46.547,49	46.547,49	100,00
2.5.3.1.	Actividades Religiosas	75.000,00	46.547,49	46.547,49	100,00
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.559.700,00	3.699.087,90	2.083.631,86	56,33
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	140.000,00	200.019,77	76.304,77	38,15
3.1.1.	DESENVOLVIMENTO RURAL	140.000,00	200.019,77	76.304,77	38,15
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	60.000,00	43.000,00	42.829,34	99,60
3.2.1.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	60.000,00	43.000,00	42.829,34	99,60
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	2.109.700,00	3.187.139,90	1.916.651,77	60,14
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.109.700,00	3.187.139,90	1.916.651,77	60,14
3.3.1.1.	Rede Viária	1.914.200,00	3.071.480,95	1.873.443,16	60,99
3.3.1.1.1.	Construção	555.500,00	940.639,81	651.344,71	69,24
3.3.1.1.2.	Reparação e Manutenção da Rede Viária	1.358.700,00	2.130.841,14	1.222.098,45	57,35
3.3.1.2.	Ordenamento de Trânsito	195.500,00	115.658,95	43.208,61	37,36
3.3.1.2.1.	Estacionamentos	1.000,00	500,00	111,75	22,35
3.3.1.2.2.	Sinalização e Trânsito	194.500,00	115.158,95	43.096,86	37,42
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	250.000,00	268.928,23	47.845,98	17,79
3.4.2.	TURISMO	250.000,00	268.928,23	47.845,98	17,79
3.4.2.2.	Promoção Turística do Concelho	235.000,00	268.828,23	47.845,98	17,80
3.4.2.3.	Posto de Turismo	15.000,00	100,00	0,00	0,00
4.	OUTRAS FUNÇÕES	427.970,00	309.105,61	293.720,07	95,02
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	135.970,00	184.970,00	180.616,48	97,65
4.2.1.	JUNTAS DE FREGUESIA	135.970,00	184.970,00	180.616,48	97,65
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	292.000,00	124.135,61	113.103,59	91,11
4.3.2.	SUBSÍDIOS E APOIOS DIVERSOS	292.000,00	124.135,61	113.103,59	91,11
	TOTAL	11.952.705,48	13.018.092,95	7.618.970,84	58,53

Estes coeficientes de realização têm vindo a sofrer algumas oscilações ao longo dos últimos anos, conforme se constata no quadro que se segue:

Evolução dos Valores Investidos

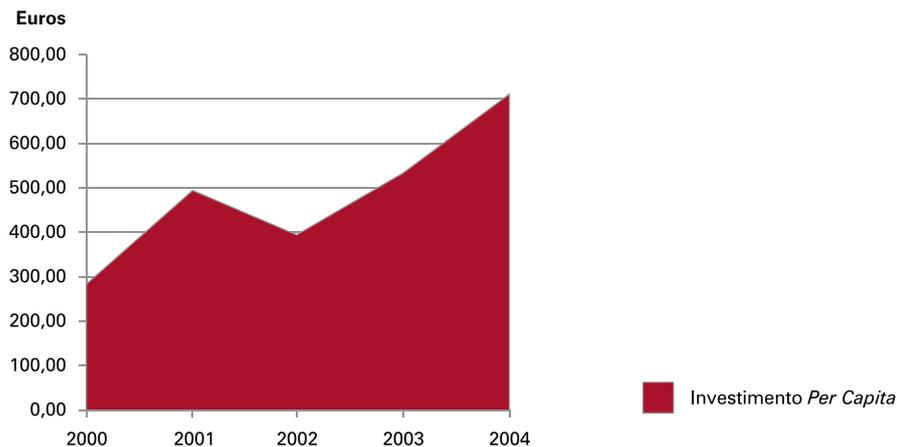
DESIGNAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004
1. Dotação Inicial	9.402.090,96	13.059.775,94	11.906.066,48	11.947.979,00	11.952.705,48
2. Dotação final	9.402.090,96	13.059.775,94	11.906.066,48	10.110.862,84	13.018.092,95
3. Realizado	3.038.053,29	5.332.024,82	4.226.514,93	5.712.174,64	7.618.970,84
Coef. Realização	32,31%	40,83%	35,50%	56,50%	58,53%

Montante Investido



De assinalar, a subida do Investimento no exercício, tendo alcançado um índice de realização muito superior ao ano 2000, mais do que duplicando, atingindo € 4.580.917,55.

Investimento Per Capita



2.2. Orçamento

Para avaliar a Execução do Orçamento, apresentam-se de seguida os seguintes mapas.

2.2.1. Orçamento da Receita

2.2.1.1. Receitas Correntes

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
01. Impostos Directos	4.088.793,37	4.465.369,49	40,75	109,21
02. Impostos Indirectos	120.538,04	1.256.369,20	11,46	1.042,30
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	244.471,00	354.026,36	3,23	144,81
05. Rendimentos de Propriedade	390.200,00	364.149,86	3,32	93,32
06. Transferências Correntes	4.019.145,00	2.393.287,93	21,84	59,55
07. Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	2.305.972,95	2.086.197,75	19,04	90,47
08. Outras Receitas Correntes	99.980,00	39.713,18	0,36	39,72
Total das Receitas Correntes	11.269.100,36	10.959.113,77	100,00	97,25

As receitas correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia, já que se trata de um fluxo monetário estável. Com uma **execução de 97,25%**, a autarquia consegue arrecadar receitas correntes que lhe permitem uma base de consistência ao financiamento de um conjunto de despesas obrigatórias, cobrindo todas as despesas correntes e uma parcela significativa dos investimentos.

Conforme se pode observar na composição da receita, os seus elementos primordiais são os Impostos Directos (IMI, IMT, SISA, CA, Derrama), as Transferências Correntes (FGM, FCM,FBM) e a Venda de Bens e Prestações de Serviços (Água, Saneamento, RSU, Atl's) que permitem alcançar uma **execução de 81,63% das Receitas Correntes**.

2.2.1.2. Receitas Capital

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
09. Venda de Bens de Investimento	1.799.500,00	9.975,96	0,23	0,55
10. Transferências de Capital	8.419.630,81	2.884.930,57	67,63	34,26
11. Activos Financeiros	1.000,00	0,00	0,00	0,00
12. Passivos Financeiros	182.929,45	0,00	0,00	0,00
13. Outras Receitas de Capital	285.500,00	1.370.946,51	32,14	480,19
Total das Receitas de Capital	10.688.560,26	4.265.853,04	100,00	39,91

A rubrica Transferências de Capital, que perfaz 67,63 % das Receitas de Capital, tem-se apresentado como a mais significativa deste capítulo. Tal dimensão resultou, fundamentalmente, das transferências do Orçamento de Estado (Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e Fundo de Base Municipal) e do FEDER através dos projectos comparticipados.

Outras Receitas de Capital, acusaram um peso de 32,14 % no total das Receitas de Capital, resultantes essencialmente das medidas de compensação de urbanização, colocadas em vigor para os grandes empreendimentos a partir de 2003.

2.2.2. Orçamento da Despesa

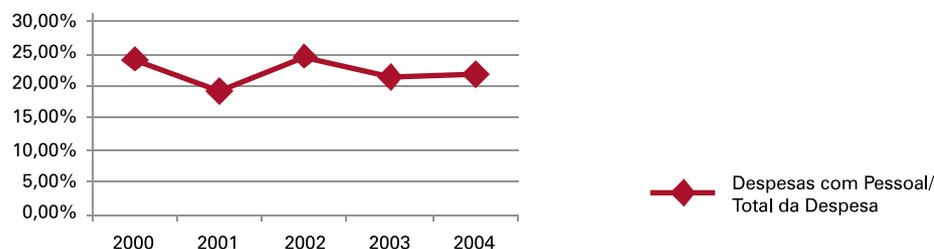
2.2.2.1. Despesas Correntes

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
01. Despesas com Pessoal	3.479.032,79	3.302.432,07	44,40	94,92
02. Aquisição de Bens e Serviços	4.362.786,67	3.117.293,80	41,91	71,45
03. Juros e Outros Encargos	108.462,43	100.357,27	1,35	92,53
04. Transferências Correntes	719.770,42	663.954,10	8,93	92,25
05. Subsídios	152.766,39	152.766,39	2,05	100,00
06. Outras Despesas Correntes	116.998,97	101.777,11	1,37	86,99
Total das Despesas Correntes	8.939.817,67	7.438.580,74	100,00	83,21

As Despesas Correntes, compostas principalmente pelas Despesas com Pessoal e pela Aquisição de Bens e Serviços, assumem um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam ser praticadas, uma vez que se tratam de despesas fixas de funcionamento. A sua tendência demonstra um ténue aumento do seu valor por força do esforço que se vem desenvolvendo na melhoria dos serviços que se prestam à comunidade, sendo um bom exemplo a destacar, no exercício de 2003, o lançamento do projecto “Crescer Melhor – Rede Municipal de ATL’S”. Por decisão política estratégica do executivo no sentido de cumprir este desígnio social, foi constituída uma vasta equipa de técnicos superiores e animadores, de mais de 40 funcionários, garantindo assim a qualidade do serviço, iniciado no fim de 2003 e com grande expressão em 2004.

Como se pode verificar, as Despesas com Pessoal acusaram um peso de apenas 21,93% no total da Despesa. Apesar do incremento da Despesa total, tal não teve influência directa nos custos com o pessoal, como se ilustra no gráfico abaixo. A Aquisição de Bens e Serviços influenciou as despesas totais em 20,70%, que aliado às Despesas com Pessoal permitem atingir o montante de 6,4 milhões de euros.

■ Evolução das Despesas com Pessoal



2.2.2.2. Despesas de Capital

COMPOSIÇÃO	Dotação	Execução	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
07. Aquisição de Bens de Capital	12.077.444,66	6.715.161,70	88,14	55,60
08. Transferências de Capital	388.653,10	354.413,95	4,65	91,19
09. Activos Financeiros	101.500,00	101.500,00	1,33	100,00
10. Passivos Financeiros	201.849,52	201.849,52	2,65	100,00
11. Outras Despesas de Capital	248.645,67	246.045,67	3,23	98,95
Total das Despesas de Capital	13.018.092,95	7.618.970,84	100,00	58,53

As componentes das despesas de capital circunscrevem-se quase exclusivamente à Aquisição de Bens de Capital, cujo montante representa 88,14 % das despesas de capital e 44,60 % da totalidade da despesa.

Destes investimentos, salientam-se as obras por administração directa (caminhos rurais, requalificações nas freguesias), para além do importante esforço na valorização do parque escolar e da beneficiação da rede viária por todo o concelho. Também a construção das Piscinas Municipais e a modernização e apetrechamento do complexo desportivo concorrem para o elevado esforço de investimento desenvolvido pela autarquia. Destacam-se ainda a Iluminação das Muralhas da Vila Óbidos e Beneficiação do Adarve e a Valorização da Cerca do Castelo, tal como a vasta recuperação de edifícios históricos, de museus e galerias, do que são exemplo o Espaço São Tiago, Solar da Praça de Santa Maria, Galeria Ogiva e Centro de Design de Interiores.

2.2.2.3. Por Orgânica

ORGÂNICA	DESIGNAÇÃO	VALOR	% PESO P/ ORGÂNICA
0101	Operações Financeiras	396.970,81	2,64
0102	Classes Inactivas	6.612,12	0,04
0103	Órgãos de Autarquia	3.777.878,06	25,09
0104	Assembleia Municipal	7.904,68	0,05
02	Serviços de Administração Geral	589.415,68	3,91
03	Serviços de Higiene e Limpeza	464.364,15	3,08
04	Cemitérios	22.796,52	0,15
05	Serviços Técnicos de Obras	5.017.345,01	33,32
0601	Museu	1.481.220,26	9,84
0602	Biblioteca	48.756,64	0,32
0603	Desporto e Tempos Livres	702.090,15	4,66
0604	Acção Social	205.173,26	1,36
07	Jardins e Arborização	116.146,94	0,77
08	Educação	612.711,20	4,07
09	Turismo	474.094,18	3,15
10	Água e Luz	1.033.335,93	6,86
11	Protecção Civil	19.656,60	0,13
12	Informática e Telecomunicações	81.079,39	0,54
Total Geral		15.057.551,58	100,00

Ilustrando a execução atrás referida, constata-se o peso das despesas com o funcionamento da autarquia (25,09%), os investimentos em obras diversas (33,32%) e água e luz (6,86%), para além da importância crescente que a educação (4,07%) e o desporto (4,66%) têm vindo a assumir no concelho, enquanto a cultura e o turismo são ainda complementadas pelas funções delegadas na empresa municipal Óbidos Patrimonium – E.M..

2.2.3. Análise Global

2.2.3.1. Estrutura Orçamental

2.2.3.1.1. Receita

A receita global arrecadada em 2004, atingiu os 15.234.159,14 € o que representa uma taxa de execução de 69,38%, o que mais que duplica o valor habitual da receita arrecadada até 2001. Esta receita demonstra bem a dimensão do crescimento acentuado do Município comparativamente aos anos anteriores.

A percentagem da realização das Receitas Correntes foi de 97,25% aproximando-se praticamente do valor previsto.

Ao nível das Receitas de Capital o grau de execução foi de 39,91%, para a qual concorreram, essencialmente, as dificuldades de transferência atempada por parte das diversas entidades pagadoras de fundos comunitários inicialmente previstas, nomeadamente no que concerne às candidaturas “Expansão da Rede Museológica II”, “Construção das Piscinas Municipais” e diversos caminhos rurais (AGRIS), cujos pedidos de pagamento foram efectuados ainda em 2004, tendo sido recebidos apenas em 2005, num montante superior a 1,5 milhões de euros.

a) Período Corrente – 2004

RECEITAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
Correntes	11.269.100,36	10.959.113,77	71,94	97,25
Capital	10.688.560,26	4.265.853,04	28,00	39,91
Outras	250,00	9.192,33	0,06	3.676,93
Total Geral	21.957.910,62	15.234.159,14	100,00	69,38

b) Períodos Anteriores – 2000 a 2003

RECEITAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO
Correntes			
2000	4.643.758,54	4.676.808,89	100,71
2001	5.564.978,40	5.325.894,59	95,70
2002	6.728.697,25	7.251.967,11	107,80
2003	8.735.551,00	7.502.731,14	85,90
Capital			
2000	9.402.090,96	2.026.072,17	21,55
2001	13.059.775,94	4.320.342,97	33,08
2002	11.751.524,72	3.112.249,34	26,50
2003	8.886.085,84	3.804.623,27	42,80

As receitas correntes têm verificado uma evolução significativa, mais do que duplicando, apenas em 3 anos, mesmo considerando a exclusão de receitas arrecadadas pela Óbidos Patrimonium – E.M., como as concessões, parques de estacionamento e aluguer de espaços, em 2004. Se compararmos o exercício de 2000 com o de 2004, verificamos um “salto” significativo dos 4.676.808,89 € para os 10.959.113,77 € de execução das receitas correntes, ou seja, um **crescimento de 234,33%**.

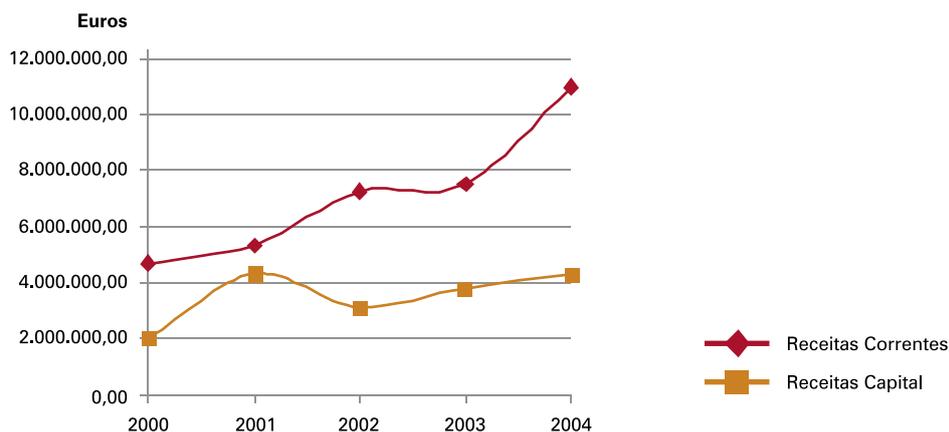
Em relação ao primeiro ano sob a responsabilidade do actual executivo, assistiu-se, logo em 2002, a um forte crescimento das receitas (que ascenderam a 7.521.967,11 €), estabilizando este valor em 2003, para voltar a verificar um acentuado aumento em 2004.

	2000	2004	% CRESCIMENTO
Receitas Correntes	4.676.808,89 €	10.959.113,77 €	234,33%

No que concerne às receitas de capital, apesar de ter havido uma diminuição no crescimento de 2001 para 2002, por força de utilização avultada de empréstimos em 2001, a evolução crescente verifica-se, também mais que duplicando nestes últimos 4 anos, sobretudo pelo esforço desenvolvido nas políticas de financiamento externo (fundos comunitários e cooperação técnica e financeira), que têm permitido investir mais no concelho.

	2000	2004	% CRESCIMENTO
Receitas Capital	2.026.072,17 €	4.265.853,04 €	210,55%

Evolução da Receita



2.2.3.1.2. Despesa

A despesa paga em 2004 atingiu os € 15.057.551,18 o que representa uma taxa de execução de 68,57%.

A percentagem de realização das despesas correntes, que incluem as remunerações e as restantes despesas fixas de funcionamento, foi de 83,21% evidenciando contenção orçamental.

Embora em curso, alguns dos investimentos mais significativos, como as Piscinas Municipais e a manutenção da rede viária, não puderam ser executadas financeiramente no tempo previsto, tal como atrás referido, o que concorre significativamente para a execução de 58,53% das despesas de capital.

Durante o ano em análise, devido às necessidades apresentadas pelos serviços, foi necessário proceder a vinte e sete alterações orçamentais, no âmbito da despesa, traduzindo um valor global de 8.718.811,12 €, ou seja, foi necessário ajustar este valor entre as várias rubricas do plano, e três revisões orçamentais, que traduziram um aumento global do orçamento de 1.979.387,47 €.

a) Período Corrente – 2004

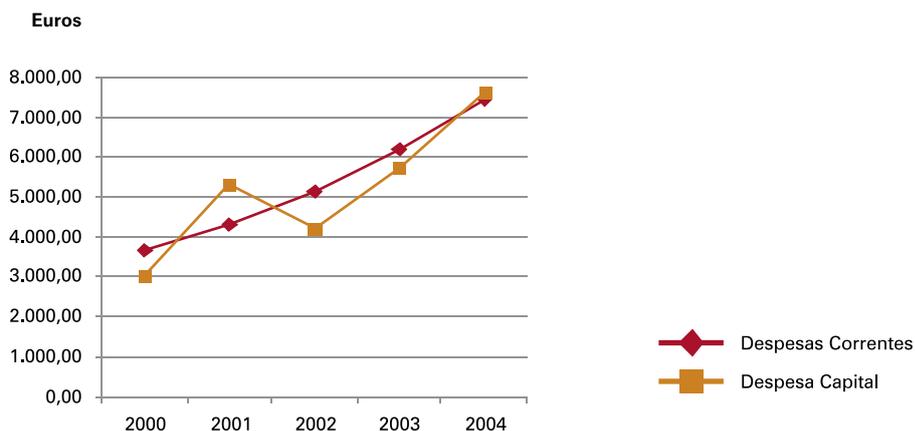
RECEITAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
Correntes	8.939.817,67	7.438.580,74	49,40	83,21
Capital	13.018.092,95	7.618.970,84	50,60	58,53
Total Geral	21.957.910,62	15.057.551,58	100,00	68,57

b) Períodos Anteriores – 2000 a 2003

DESPEASAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO
Correntes			
2000	4.643.758,54	3.664.817,79	78,92
2001	5.564.978,40	4.312.925,85	77,50
2002	6.728.697,25	5.144.681,37	76,50
2003	7.510.774,00	6.195.296,58	82,50
Capital			
2000	9.402.090,96	3.038.053,29	32,31
2001	13.059.775,94	5.332.024,82	40,83
2002	11.906.066,48	4.226.514,93	35,50
2003	10.110.862,84	5.712.174,64	56,50

Maior investimento implica, obrigatoriamente, um acréscimo de despesa, como se pode verificar no mapa atrás, as despesas de capital têm crescido mais que proporcionalmente às despesas correntes, ou seja, o facto da autarquia ter vindo a fazer um maior esforço de investimento, não implica directamente um acréscimo das despesas de funcionamento; têm sido feitas mais obras com os mesmos recursos.

Evolução da Despesa



De seguida, apresenta-se a estrutura das receitas e despesas, correntes e de capital:

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
Receitas Correntes	11.269.100,36	10.959.113,77	71,94	97,25
Receitas de Capital	10.688.560,26	4.265.853,04	28,00	39,91
Outras Receitas	250,00	9.192,33	0,06	3.676,93
Total das Receitas	21.957.910,62	15.234.159,14	100,00	69,38
Despesas Correntes	8.939.817,67	7.438.580,74	49,40	83,21
Despesas de Capital	13.018.092,95	7.618.970,84	50,60	58,53
Total das Despesas	21.957.910,62	15.057.551,58	100,00	68,57

O aspecto mais relevante que se extrai da estrutura orçamental é o facto das receitas correntes superarem as despesas correntes em cerca de 3.520.000 euros, o que tornou possível a libertação de fluxos financeiros para investimentos, acentuando-se, aliás, uma tendência iniciada em 2002.

2.2.3.2. Rácios

A execução orçamental e do plano, que espelha toda a política de gestão do Município, é passível de análise financeira através fundamentada e medida através de indicadores de gestão, que permitem uma visualização directa do que foi a evolução da autarquia, desde o exercício económico de 2000.

Rácios de Estrutura da Receita (%)

RÁCIOS	2000	2001	2002	2003	2004
Imp. Directos/ Rec. Correntes	44,00	44,30	48,80	40,90	41,00
Transf. Correntes/ Rec. Correntes	34,00	33,70	30,80	27,50	22,00
Venda Bens e Serv./ Rec. Correntes	11,00	11,30	11,50	20,70	20,00
Rec. Correntes/ Rec. Totais	70,00	55,20	70,00	66,40	72,00
Rec. De Capital/Rec. Totais	30,00	44,80	30,00	33,60	28,00

Rácios de Estrutura da Despesa (%)

RÁCIOS	2000	2001	2002	2003	2004
Pessoal/ Desp. Correntes	44,00	42,70	44,70	40,80	44,40
Aq. Bens e Serv./ Desp. Correntes	30,00	10,20	45,10	50,30	42,00
Investimentos/ Desp. de Capital	91,00	84,00	82,00	87,40	88,20
Passivos Fin./ Desp. de Capital	5,00	4,60	6,20	3,30	2,70
Desp. Correntes/ Desp. Totais	55,00	44,70	54,90	52,00	49,50
Desp. de Capital/ Desp. Totais	45,00	55,30	45,10	48,00	50,60
Dívidas a Terceiros/Despesa Paga	36,83	16,09	16,38	17,25	14,67

Em termos da rubrica “Investimentos”, aparentemente houve um decréscimo do seu peso face às Despesas de Capital. Ora, pelo atrás exposto verifica-se que tal não traduz a realidade. Passa-se a explicar: em 2002, com a entrada em vigor do POCAL, houve uma alteração na classificação da despesa, ou seja, até 2001, muita da despesa classificada como investimento, passou a ser classificada como Aquisição de Bens. Assim, explica-se o acréscimo do rácio “Aquisição de Bens e Serviços/Despesas Correntes”, em contrapartida do acréscimo do rácio “Investimentos/Despesas de Capital”. Justifica-se assim, a aparente evolução no crescimento do investimento, mas que na realidade se traduz numa evolução significativa desta rubrica.

Tal facto tem implicações directas, nos rácios “Despesas Correntes/Despesas Totais” e “Despesas de Capital/Despesas Totais”.

O rácio “Dívidas de Terceiros/Despesa Paga” permite constatar a inflexão do financiamento da despesa por parte dos fornecedores e empreiteiros.

Rácios Financeiros (%)

RÁCIOS	2000	2001	2002	2003	2004
Pessoal/ Rec. Correntes	34,53	34,60	31,70	33,70	30,10
FGM+FCM+FBM/ Desp. Totais	37,37	29,40	33,70	27,50	22,79
Amortiz.+Juros/ Rec. Totais	3,46	3,70	3,90	2,80	1,91
Rec. Correntes/ Desp. Correntes	127,61	123,50	141,00	121,10	147,30
Rec. de Capital/ Desp. de Capital	66,69	81,00	73,60	66,60	56,00

Apesar do investimento ter aumentado implicando um aumento generalizado da despesa, os custos com pessoal tem conhecido, um ligeiro decréscimo, mantendo-se perfeitamente aquém do limite legal de 60% das receitas correntes do ano anterior - 29,96%.

As transferências de fundos transmitem uma crescente autonomia, ou seja, o financiamento de despesa é cada vez mais assegurado por receitas próprias e por financiamentos externos, atenuando a dependência directa do Orçamento de Estado.

3. Análise da Situação Económica e Financeira

A presente análise económico-financeira sintetiza os resultados alcançados pela Câmara Municipal de Óbidos, em 31 de Dezembro de 2004.

3.1. Balanço

Enquanto a execução orçamental, reflecte a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de Resultados espelham a actividade do Município ao nível patrimonial, isto é, demonstram os seus direitos e obrigações.

Para a construção do Balanço, concorrem, entre outros, o Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo, que constituem parte integrante do Activo do Município. O registo nas contas do imobilizado pressupõe a inventariação dos bens móveis e imóveis propriedade do Município de Óbidos e respectivas amortizações, de acordo com as regras definidas pelo POCAL.

Desde a implementação deste sistema contabilístico, em meados de 2002, tem vindo a ser desenvolvido um enorme esforço por parte dos serviços da C.M.O., no sentido de, com os meios humanos existentes, elaborar o inventário inicial do Município. A inventariação dos bens pressupõe o seu arrolamento, classificação, reconciliação documental e valorização, das quais estão em curso as duas últimas.

Uma vez que o inventário se encontra numa fase avançada, mas ainda não concluído, logo sem avaliação final dos bens, optou-se por não calcular amortizações, enquanto os bens móveis e imóveis não estiverem efectivamente inventariados, o que implica que o Activo Bruto seja igual ao Activo Líquido no Balanço, não havendo também interferência das amortizações no cálculo do Resultado Líquido do Exercício e na Demonstração de Resultados.

ACTIVO		PASSIVO	
Imobilizado		Fundos Próprios	
Bens de Domínio Público	1.156.817,74	Património	-4.373.979,86
Imobilizações Corpóreas	13.782.996,49	Reservas	461.825,82
Investimentos Financeiros	368.103,83	Resultados Transitados	8.774.690,71
		Resultados Líquido Exercício	6.229.741,17
Circulante		Passivo	
Existências	214.886,03	Dívidas a Terceiros-M/L Prazos	3.533.192,67
Dívidas de Terceiros - CP	940.163,21	Dívidas a Terceiros-C Prazos	2.675.817,86
Depósitos Inst. Finan. E Caixa	838.321,07		
TOTAL DO ACTIVO	17.301.288,37	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS + PASSIVO	17.301.288,37

3.1.1. Imobilizado

ACTIVO BRUTO	
Rubricas	2004
Bens de Domínio Público	
Imobilizações em Curso	1.156.817,74
Imobilizações Corpóreas	
Terrenos e Recursos Naturais	1.066.815,95
Edifícios e Outras Construções	4.367.724,74
Equipamento Básico	1.235.972,78
Equipamento de Transporte	363.244,30
Ferramentas e Utensílios	139.655,72
Equipamento Administrativo	554.194,83
Outras Imobilizações Corpóreas	432.238,93
Imobilizações em Curso	5.623.149,24
Investimentos Financeiros	
Participações de capital	368.103,83
TOTAL	15.307.918,06

PRÉDIOS URBANOS E RÚSTICOS				
(Valor da aquisição)				
	2002	2003	2004	Total/anos
Rústico	30.127,39	1.136.514,27	447.455,09	1.614.096,75
Urbano	0,00	0,00	402.379,79	402.379,79
TOTAL	30.127,39	1.136.514,27	849.834,88	2.016.476,54

Desde 2002 que a aquisição de imobilizado faz parte da política estratégica do executivo camarário. O quadro acima demonstra o esforço levado a cabo nesse sentido, reflectindo o montante total das aquisições nestes úl-

timos 3 anos. Os valores agora apresentados são os montantes escriturados, mas cujos pagamentos são faseados, conforme acordado com os proprietários dos imóveis. Assim, justifica-se o valor de 1.066.815,95 € da conta “Terrenos e Recursos Naturais” do Balanço, efectivamente pagos. Quanto aos prédios urbanos adquiridos, do valor apresentado acima, foram pagos 182.379,79 €, incluídos na conta “Edifícios e Outras Construções”.

3.1.2. Disponibilidades

	1 JANEIRO 2004	31 DEZEMBRO 2004
Caixa	81.067,22	5.317,22
Depósitos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	451.518,46	808.451,10
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	46.429,40	24.552,75
Banco Português de Negócios	33.988,42	0,00
TOTAL GERAL	613.003,50	838.321,07

3.1.3. Participações Capital

ENTIDADES	ANOS ANTERIORES	2004
AMO - Associação de Municípios do Oeste	4.987,90	0,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	498,80	0,00
Resioeste, S A	41.480,03	0,00
Águas do Oeste,S A	224.625,00	0,00
Centro Op. Tecn. Hort. Nac. - COTHN	0,00	1.500,00
Empresa Municipal - Óbidos Patrimonium	0,00	100.000,00
Sub - Total	271.591,73	101.500,00
TOTAL (Anos anteriores e 2004)	373.091,73	

No presente ano foi extinta a sociedade Parque Industrial - Centro de Massas Asfálticas do Oeste, S. A. (PIC-MAO), tendo sido creditado o valor de € 4.958,07 a este Município, correspondente à sua participação no capital daquela empresa.

Ficaram, assim extintas e sem qualquer valor, as 100 acções no valor nominal de 10.000\$00 cada, que este Município detinha no capital daquela sociedade, inicialmente subscrito através da AMO.

3.1.4. Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo

	1 JANEIRO 2004	31 DEZEMBRO 2004
Empréstimos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	3.581.671,20	3.390.137,67
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	153.370,99	143.055,00
TOTAL GERAL	3.735.042,19	3.533.192,67

Da análise do Balanço, facilmente se verifica a saudável situação financeira do Município, aliás, como se demonstrou na análise orçamental atrás ilustrada.

No entanto, e para melhor comprovar esta situação, apresentam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade financeira no exercício económico findo.

O montante das dívidas a terceiros de curto prazo (2.209.053,05 €) poderá parecer elevado, comparativamente aos anos anteriores, o que, analisando com pormenor, não se verifica. A liquidez geral permite analisar a capacidade do Município para, utilizando as suas disponibilidades de curto prazo, fazer face aos compromissos assumidos com terceiros a curto prazo. Quanto mais equilibrado estiver este rácio (disponibilidades próximas dos compromissos), maior a capacidade da autarquia para pagar as dívidas a terceiros de curto prazo.

Veja-se que o montante das dívidas de terceiros a curto prazo (940.16321€), bem como o valor das matérias-primas, subsidiárias e de consumo (214.886,03 €), aliados aos depósitos bancários e caixa (838.321,07 €) permitem fazer face à quase totalidade das dívidas de curto prazo (2.675.817,86 €). É precisamente esta situação que o rácio de liquidez geral comprova.

LIQUIDEZ GERAL (Circulante/ Passivo C/P)	0,74
--	-------------

Quanto ao endividamento total, incluindo a médio e longo prazo, constata-se que a C.M.O utiliza, com muita restrição, capital alheio para financiamento da sua actividade. Também aquando da análise orçamental se comprovou a capacidade crescente para gerar receitas próprias. Adiante, na análise à Demonstração de Resultados, mais uma vez se demonstrará esta capacidade.

Assim, verificamos que o grau de endividamento da autarquia é bastante baixo:

ENDIVIDAMENTO (Dívidas a terceiros de Curto, Médio e Longo Prazo / Fundos Próprios + Passivo)	0,36
--	-------------

Corroborando a breve análise acima, percebe-se que a autonomia financeira desta autarquia é bastante confortável face à dependência de financiamento de terceiros, ou seja, a actividade da autarquia é financiada, em grande parte, pelos seus fundos próprios. Como se pode verificar, este rácio é inversamente proporcional ao do endividamento, mais uma vez comprovando a sua fraca dependência dos recursos externos.

AUTONOMIA FINANCEIRA (Fundos Próprios / Activo Total)	0,64
---	-------------

3.2. Demonstração de Resultados (Por Natureza)

O Município de Óbidos encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2004, com um Resultado Líquido de Exercício de € 6.229.741,17 motivado fundamentalmente pela venda de produtos, de serviços e pelas transferências do Orçamento de Estado, que superaram os custos com o pessoal e com matérias consumidas. Os Resultados Financeiros apresentam um saldo negativo influenciado pelo pagamento de juros de empréstimos bancários.

A Demonstração de Resultados será, então, o espelho dos custos e proveitos da actividade Municipal, em 2004, sintetizada no quadro abaixo:

	VALOR €
Resultados Operacionais	5.667.873,77
Resultados Financeiros	-75.677,21
Resultados Correntes	5.592.196,56
Resultados Extraordinários	637.544,61
Resultado Líquido do Exercício	6.229.741,17

Resultados Operacionais

O conjunto dos Proveitos Operacionais, está fortemente condicionado pela evolução dos Impostos e Taxas – que resultam sobretudo do Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões, Contribuição Autárquica, do Imposto Municipal de SISA – das Vendas e Prestações de Serviços – e das Transferências Obtidas donde realça o Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e o Fundo de Base Municipal.

Os Custos com o Pessoal e os Fornecimentos e Serviços Externos detêm um peso decisivo sobre a estrutura dos Custos Operacionais.

Desta forma, os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

PROVEITOS OPERACIONAIS:	VALOR €	CUSTOS OPERACIONAIS:	VALOR €
Vendas e Prestações de Serviços	2.588.214,93	CMVMC	1.100.812,54
Impostos e Taxas	5.930.312,64	Fornecimentos e Serviços externos	2.924.825,63
Transf.e Subs. Obtidos	5.278.218,50	Custos com o Pessoal	3.299.042,44
Outros proveitos e ganhos operacionais	15.542,88	Transf.e Subs. Correntes Concedidos	811.818,49
		Outros custos operacionais	7.916,08
TOTAL	13.812.288,95	TOTAL	8.144.415,18

Resultados Financeiros

Em 2004, os Resultados Financeiros apresentam um valor negativo de € 75.677,21.

Os Proveitos Financeiros, são provenientes de juros obtidos de depósitos à ordem, sendo insuficientes para cobrirem os Custos Financeiros que advêm fundamentalmente dos juros suportados com os empréstimos de M/L Prazos.

PROVEITOS FINANCEIROS:	VALOR €	CUSTOS FINANCEIROS:	VALOR €
Proveitos e Ganhos Financeiros	17.094,14	Custos e Perdas Financeiros	92.771,35
TOTAL	17.094,14	TOTAL	92.771,35

Resultados Extraordinários

Ao nível dos custos que concorrem para o cálculo dos Resultados Extraordinários, as componentes que mais sobressaíram foram as Transferências de Capital para as Juntas de Freguesia, para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Óbidos (construção do Quartel), Fábrica da Igreja Nossa Senhora Aboboriz – Amoreira (arranjos na Igreja) e Fábrica da Igreja Paroquial Freguesia Sta Maria de Óbidos (obras de recuperação da Igreja), bem como outros Custos e Perdas, como a devolução à Associação de Municípios do Oeste de verba referente à candidatura à medida 1.2 do PORLVT- “Execução de Infraestruturas do Bom Sucesso 2ª fase”, entretanto anulada.

Relativamente aos Proveitos Extraordinários evidenciam-se os Benefícios e Penalidades Contratuais – que surgem das multas, juros de mora e taxas de relaxe e Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários que resultam, essencialmente, de compensação de urbanização, tal como atrás referido.

PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS:	VALOR €	CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS:	VALOR €
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.381.579,97	Custos e Perdas Extraordinários	744.035,36
TOTAL	1.381.579,97	TOTAL	744.035,36

Resultado Líquido do Exercício

O Resultado Líquido do Exercício deverá ser canalizado para o reforço do Património (Balanço) e para constituição de reservas conforme Ponto 2.7.3. do POCAL.

Assim, considerando os custos e proveitos totais, obtém-se um resultado significativamente positivo, que traz a capacidade da autarquia para gerar proveitos suficientes para fazer face aos custos do exercício e ainda, reforçar o seu Património (aumento dos fundos próprios do Balanço).

PROVEITOS TOTAIS:	VALOR €	CUSTOS DO EXERCÍCIO:	VALOR €
Proveitos Totais	15.210.963,06	Custos e Perdas do Exercício	8.981.221,89
TOTAL	15.210.963,06	TOTAL	8.981.221,89

4. Evolução das Dívidas de Curto, Médio e Longo Prazo

4.1. Dívidas de Terceiros

	2000	2001	2002	2003	2004
Administração Autárquica	510.896,42	572.592,95	573.811,84	573.821,84	573.811,84
Clientes c/c	0,00	0,00	5,00	5,00	987,89
Utentes c/c	0,00	0,00	92.026,35	135.002,13	162.945,63
Cliente, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	12.892,82	15.254,11	17.518,97	79.489,69	119.026,76
Estado e Outros entes Públicos	0,00	2.763,05	5.310,69	42.760,91	71.014,19
TOTAL	523.789,24	590.610,11	688.672,85	831.079,57	927.786,31

A rubrica Dívidas de Terceiros está directamente relacionada com o aumento das Vendas de Bens e Serviços. Como tal, um maior volume de proveitos, registado na Demonstração de Resultados, implica, quase obrigatoriamente, um nível mais elevado de dívida que não se consegue cobrar atempadamente. É pois, uma das justificações para o aumento significativo desta rubrica, que não põe em causa a Liquidez Geral do Município.

4.2. Dívidas a Terceiros

	2000	2001	2002	2003	2004
TOTAL	2.468.954,82	1.552.219,15	1.534.698,41	2.054.518,00	2.209.053,05

Esta rubrica do Balanço inclui principalmente, as Dívidas a Fornecedores (conta corrente e imobilizado) e a Prestadores de Serviços (outros credores), embora aparentemente tenha conhecido um acréscimo nos últimos anos, assume um menor peso no total do orçamento, como atrás se comprovou. Reflecte, antes, o crescimento da actividade do Município.

4.3. Locação

	2000	2001	2002	2003	2004
Localização Financeira	7.640,16	—	146.254,85	146.299,57	193.739,26

A locação financeira concorre para as dívidas de terceiros de médio prazo, uma vez que os contratos celebrados se prolongam por vários exercícios económicos.

Os contratos de locação dizem respeito à aquisição de equipamento de transporte e maquinaria.

4.4. Dívidas com Empréstimos Bancários

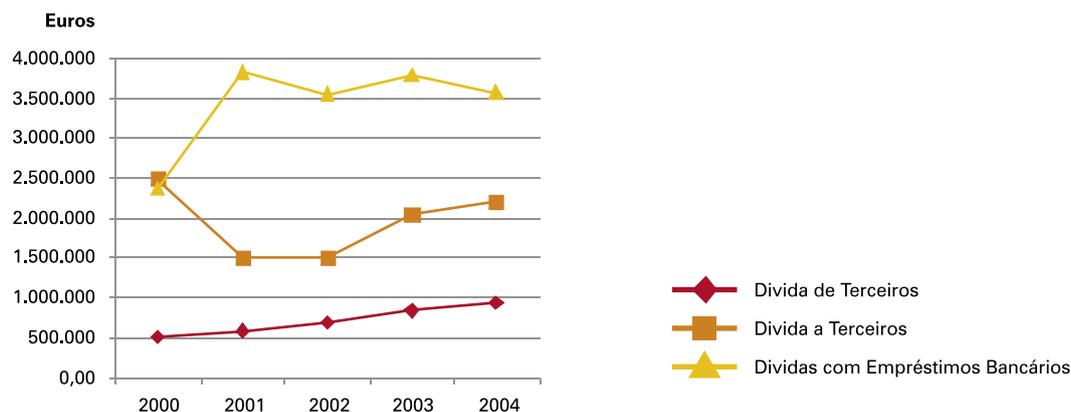
	2000	2001	2002	2003	2004
TOTAL	2.400.494,81	3.777.947,73	3.515.524,41	3.735.042,19	3.533.192,67

Apesar da possibilidade de contracção de dívida atribuída por rateio, a Câmara Municipal optou por não recorrer ao crédito bancário.

Os encargos com empréstimos, contraídos no passado, relativos ao período em análise totalizaram 291.156,38 €:

- amortização da dívida no valor de 201.849,52 €;
- juros no valor de 89.306,86 €.

Evolução das Dívidas de Curto, Médio e Longo Prazo



5. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados”, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Refere ainda que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 «RESERVAS Legais», no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Ano de 2004

Assim para cumprimento desta norma legal, o Município de Óbidos, propõe o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 6.229.741,17 € seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais	311.497,06 €
Resultados Transitados	5.918.244,11 €

Como se refere no presente relatório no ponto 3.1. “O Inventário e o Património não se encontram elaborados e avaliados à data de fecho do exercício económico, constituindo um trabalho em curso da Autarquia”, pelo que por uma questão de cautela não é reforçado o Património, ficando em Resultados Transitados provisoriamente.

